

PETROPOLITANAS

POR REDAÇÃO

Arquivo/TV Correio da Manhã



O novo decreto se soma às ações já em vigor

Prefeitura adota novas ações de contenção de gastos

A Prefeitura de Petrópolis publicou, nesta sexta-feira (07), um novo decreto que estabelece regras mais rígidas para a contenção de despesas em toda a administração municipal, direta e indireta. As medidas são um aprofundamento necessário do Plano de Contingência iniciado em julho, quando foi decretado o Estado de Calamidade Financeira. A decisão foi tomada

após o grupo de trabalho, instituído em julho, constatar que a situação fiscal herdada da gestão anterior é ainda mais grave do que a avaliação inicial. O novo decreto cita a “reiterada inadimplência pela gestão encerrada em 31 de dezembro de 2024, com férias dos servidores da educação e despesas necessárias ao custeio da administração geral...” cita um trecho.

Principais medidas

As medidas são: redução de 15% sobre o valor de todos os contratos de obras, prestação de serviços, fornecimento de material, combustíveis e contratos de locação de bens móveis e imóveis. Exoneração de todos os integrantes de comissões e grupos de trabalho remunerados.

Corte de 15% das despesas decorrentes de mão de obra, o que inclui RPA, contratados por empresas terceirizadas, contratos por prazo determinado, cargos comissionados e funções gratificadas. Suspensão da concessão de novos pagamentos de triênios e quinquênios.

Divulgação



Premiações refletem avanço nas frentes da IA

Serratec recebe duas premiações em outubro

O Parque Tecnológico da Região Serrana do Rio de Janeiro (Serratec) recebeu recentemente dois reconhecimentos relacionados às atividades na área de inovação. Entre eles, o Prêmio Brasil Digital Ozires Silva, promovido pelo Instituto Brasil Digital (IBD), que avalia projetos de transformação digital voltados para impacto

social, sustentabilidade e desenvolvimento econômico. A cerimônia ocorreu na segunda-feira (3), no Sheraton São Paulo WTC Hotel, e também marcou os 25 anos do IBD e os 5 anos do movimento Brasil Digital para Todos (BDT). Nesta edição, o homenageado foi o engenheiro Luiz Carlos Affonso, da Embraer.

Destaque nacional

O Serratec foi premiado na categoria “Destaque Nacional” com o programa Residência em TIC, voltado à formação de profissionais na área de tecnologia, com mais de 1.600 pessoas capacitadas na Região Serrana do Rio de Janeiro. Ainda em ou-

tubro, o Serratec também foi reconhecido no Prêmio TI Rio de Inovação, na categoria “Hubs e Comunidades de Inovação”, durante cerimônia que marcou o lançamento do 1º Mapeamento das empresas de Tecnologia da Informação do Estado.

Audiência sobre a Enel

O vereador Júnior Coruja durante sessão na Câmara realizada nesta quinta-feira (06), informou que procolou um pedido de audiência pública no dia 24 de novembro, para abordar o serviço prestado pela concessionária Enel. O anúncio foi realizado após o vereador

Wesley Barreto, usar a tribuna do plenário para questionar a Enel sobre os serviços prestado no município. No protocolo foi solicitado a apresentação do plano verão, elaborado pela concessionária, a fim de evitar prejuízos durante o período de chuva.



Endividamento do Sehac dominou debate político na Câmara Municipal

Vereadores reagem à crise financeira e à intervenção judicial no Alcides Carneiro

Por Gabriel Rattes

A grave crise financeira enfrentada pela Prefeitura de Petrópolis e a intervenção judicial no Hospital Alcides Carneiro (Sehac) provocaram forte repercussão entre os vereadores. Em audiência na 4ª Vara Cível, o secretário municipal de Fazenda, Fábio Júnior, afirmou que o município estava sem recursos próprios em caixa e tentava antecipar tributos para pagar salários. O juiz Jorge Luiz Martins Alves classificou a situação da saúde como “calamidade” e determinou intervenção no Sehac, após constatar aumento expressivo da dívida.

Pouco mais de R\$ 13 milhões foram sequestrados das contas da Prefeitura para pagamento do Instituto de Previdência e Assistência Social (Inpas), mas faltaram quase R\$ 600 mil para completar o valor determinado pela Justiça. A medida acendeu um alerta sobre a capacidade financeira do município e abriu espaço para novas discussões políticas sobre o equilíbrio fiscal e a gestão da saúde pública.

Base do governo

Em entrevista ao Correio Petropolitano, o vereador Dr. Aloísio Barbosa, da base do governo, afirmou que o momento exige união entre os Poderes e responsabilidade na condução das contas públicas. Segundo ele, o Legislativo tem atuado de forma colaborativa com o Executivo na busca por soluções viáveis.

“Estamos comprometidos com medidas que fortaleçam o equilíbrio fiscal do município. O foco é aprimorar a gestão das receitas, revisar contratos e ampliar a arrecadação sem aumento de impostos. Também estamos buscando convênios e parcerias para aliviar as despesas”, destacou Aloísio.

O parlamentar reconheceu que o cenário é desafiador, mas ressaltou que a administração vem adotando medidas para evitar o agravamento da situação. “Mesmo diante das dificuldades, há um esforço constante para manter os serviços essenciais funcionando e garantir o pagamento dos servidores. A prioridade da administração é reequilibrar as contas com responsabilidade e dentro da legalidade, sempre buscando so-



Intervenção foi determinada durante audiência realizada nesta semana na 4ª Vara Cível

luições que não comprometam o funcionamento da máquina pública.”, afirmou.

Sobre o impacto da suspensão do aumento do ICMS pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Aloísio reconheceu que a decisão afeta as finanças municipais, mas reforçou que o Executivo busca alternativas sustentáveis. “A Prefeitura segue empenhada em ampliar as fontes de arrecadação por meio da regularização fundiária, do fortalecimento do setor produtivo local e do incentivo ao empreendedorismo. São ações que ajudam a cidade a crescer sem sobrecarregar o contribuinte”, concluiu.

Oposição

Também em entrevista exclusiva ao Correio Petropolitano, a vereadora Júlia Casamasso, da oposição, classificou a situação como “resultado da falta de planejamento” e criticou a gestão municipal. “O governo não tem conseguido garantir o básico: pagar servidores em dia e manter serviços funcionando. A Justiça está sendo obrigada a ocupar o lugar do Executivo porque o prefeito não governa. É a prova de uma administração que perdeu o controle da cidade”, afirmou.

Para ela, o aumento da dívida do Sehac é consequência direta do modelo de gestão terceirizado. “Entregar a saúde ao setor privado fragiliza o planejamento e destrói a capacidade de gestão pública. O endividamento acelerado do Sehac expõe falta de transparência, repasses insuficientes e descontrole na execução dos con-

tratos. Isso comprova que privatizar a gestão da saúde é um erro: ela precisa ser conduzida com responsabilidade pública e compromisso social”, disse. A vereadora também defendeu maior fiscalização sobre os contratos da saúde e revelou que a Câmara já solicitou documentos à Secretaria de Saúde e pretende ouvir o interventor nomeado pela Justiça. “O objetivo é garantir transparência, apurar responsabilidades e dar respostas concretas à população”, afirmou.

Casamasso ainda criticou a antecipação de tributos para pagamento de salários. “Revela que o governo está dependendo de soluções paliativas, sem planejamento real. Antecipar tributos hoje significa comprometer a arrecadação e o pagamento de amanhã, gerando um ciclo de crise permanente. E é importante lembrar que o atual prefeito era vereador e conhecia a situação financeira do município. Desde o primeiro dia de governo não tomou medidas estruturais, esperou seis meses para decretar calamidade financeira e segue apostando em “milagre” do ICMS”, completou.

“Estamos lidando com duas crises simultâneas. Uma é financeira, fruto do acúmulo de dívidas ao longo dos últimos anos, não apenas deste governo. A outra, ainda mais grave, é a crise de prioridade: o governo atual não apresenta horizonte, não apresenta plano, e aprofunda o sucateamento dos serviços públicos, precarizando a vida dos servidores e o atendimento à população”, finalizou.

Câmara aprofunda debate

Na manhã desta sexta-feira (07), o presidente da Câmara Municipal, Júnior Coruja, reuniu dez vereadores para discutir a crise financeira do município e os atrasos nos pagamentos dos servidores. O encontro teve como objetivo avaliar os impactos da situação e buscar alternativas conjuntas que possam amenizar os efeitos da crise sobre a população petropolitana.

Durante a reunião, os parlamentares destacaram a importância de que o decreto de calamidade pública seja aplicado de forma mais rigorosa e reforçaram a necessidade de diálogo entre os Poderes para garantir medidas efetivas de recuperação fiscal.

Também foi ressaltada a devolução de recursos da Câmara ao Executivo como forma de contribuição prática neste momento de dificuldade. Os vereadores afirmaram que continuarão acompanhando de perto a execução orçamentária e cobrando transparência na destinação dos recursos públicos, especialmente nas áreas de saúde e educação.

Participaram da reunião os vereadores Léo França, Carlos Alberto, Professora Lívia, Júlia Casamasso, Thiago Damasceno, Marquinhos Almeida, Dr. Aloísio Barbosa, Júnior Paixão e Tiago Leite. Não participaram Gilda Beatriz, Octavio Sampaio, Gil Magno, Dudu e Wesley Barreto, que estavam em compromissos externos relacionados às suas agendas de trabalho.